

A ECONOMIA BASEADA NO “CERCAMENTO” DO CONHECIMENTO: GLOBALIZAÇÃO, SEIGNIORAGE E MERCADORIAS FICTÍCIAS

Mario Luiz Neves de **Azevedo** – UEM

Agências Financiadoras: CNPq e Fundação Araucária

Introdução

A globalização pode ser interpretada como uma forma de manifestação do local que adquire capacidade hegemônica de ser aceita em escala global (Santos, 2004, p. 149). O que significa dizer que quaisquer produtos, criações, atividades ou manifestações locais são passíveis de adquirirem um *status* universal, a exemplo da cultura, ciência, moeda (meio de pagamento), marcas, artefatos, medidas, normas, bebidas, alimentações e esportes.

Este conceito de globalização pode ser posto à prova ao se verificar, historicamente, variadas manifestações locais que se tornaram globais sem deixar, ao mesmo tempo, de continuarem a ser locais. Nas palavras de Santos, “globalização hegemônica é o que eu chamo de localismo globalizado”¹ (2004, p. 157).

O futebol é um exemplo emblemático. Mesmo que não se tenha exatas certezas a respeito das origens desse esporte, vale notar que coube aos britânicos a unificação de suas regras e, em grande medida, a divulgação global. Por isso, o futebol é conhecido no Brasil também pelo gentílico: esporte bretão².

Como é sabido, o futebol é jogado, praticamente, em todo o Mundo e suas 17 regras são aceitas universalmente. Campeonatos de futebol, amador ou profissional, são organizados em nível local, nacional, regional e internacional. Duas competições entre Nações acontecem a cada quatro anos, como uma “Copa do Mundo” e como uma das modalidades coletivas nos “Jogos Olímpicos”. Entretanto, é interessante notar que, apesar de o sentido e as regras do jogo serem iguais nos campos em todo o Mundo, a velocidade, o modo e as táticas do jogo são diferenciadas. Isso faz com que, por exemplo, o “dribble” britânico adquira um especial acento com a “ginga” brasileira.

¹ “*hegemonic globalisation is what I call a globalised localism.*”

² Um dos times de futebol mais populares do Brasil, Sport club Corinthians Paulista, fundado em 1910, recebeu esse nome em homenagem ao Corinthian Football Club, time inglês, que estava em excursão no Brasil na época da fundação do time brasileiro.

Outros exemplos de globalização do local poderiam ser mencionados, como no campo da lingüística, da culinária, da filosofia, da medicina ou da religião, entretanto, de maneira objetiva, em tempos recentes, é a globalização econômica, acompanhada pela (re)organização política correspondente, que tem afetado em profundidade a condição de vida dos seres humanos em qualquer local. Dessa maneira, pode-se dizer que a contemporaneidade testemunha a hegemonização das regras e do modo de operar do capitalismo operado segundo as regras sustentadas pelos grandes conglomerados financeiros, principalmente aqueles originalmente localizados nos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, o dólar, um meio de pagamento de um País (EUA) que, a partir das Conferência das Nações Unidas de Bretton Woods, em 1944, passou a ser aceito como reserva de valor e meio de troca internacional, é uma clara expressão da aceitação da *seigniorage*³ de Washington sobre vastas áreas do Globo. Em outras palavras, A *seigniorage* significa não apenas a produção (cunhagem) de uma “mercadoria” que possui capacidade de ser um valor de troca, mas, também, a aceitação da autoridade monetária local (EUA) ou regional (Zona Euro) por parte de outros países ou regiões. Essa confiança internacional no emissor é um valor intangível de reconhecimento amplo.

A *seigniorage* é uma especial forma de expressão de hegemonia política. Os EUA, com o dólar, e a União Monetária (*Euroland*) de 17 países da União Europeia, com o Euro, têm especiais rendimentos e vantagens por serem emissores de moedas (*seigniorage*), entre as quais a da dispensa do pagamento de juros ao detentor do título de pagamento à vista (notas, moedas ou cédulas) ou ao titular do depósito à vista (conta corrente). Outro benefício para o emissor é a exportação de sua política monetária (e mesmo a sua política econômica). Ou seja, em razão de se viver em um mundo relacional, o emissor, tendo seus papéis aceitos por outros países, exporta, segundo a política aplicada, a inflação, a deflação, os valores e os desvalores.

³Também chamado de *seigniorage*, *seigneurage* ou senhoriagem, é a denominação dos rendimentos da cunhagem/emissão de moedas. Seigniorage as a concept originated in medieval times. Monarchs used their monopoly in coining precious metals as a major source of revenue. Periodically an issue of gold or silver coins would be recalled, recoined with a lesser precious-metal content. The difference in value, between the face value and value of actual gold or silver content, was the seigniorage gain. When modern states expand their monetary base, they do so by sending more money into circulation, which pays for some of their expenditures. Since money is largely credit today, the seigniorage gain is almost equal to the face value (Sandbeck, 2011)

Nesse sentido, quando há inflação, a *seigniorage* permite a transferência da desvalorização da moeda para os países que aceitam sua autoridade monetária, beneficiando a exportação de mercadorias produzidas com insumos cotados na moeda do emissor. Outro efeito sensível na economia, é a exportação de inflação do país de *seigniorage*, tornando-se, por consequência, um método indireto de amortização de sua dívida por intermédio da desvalorização de sua moeda. Aliás, é exatamente o que os EUA, mais recentemente, têm feito a partir da crise de 2008. A *seigniorage* (com aumento da base monetária) e a fixação de taxa baixa de juros para remuneração de seus títulos é uma maneira de descontar ou amortizar (unilateralmente) suas dívidas nominadas em dólar. Enfim, a moeda local, ao se tornar hegemonicamente aceita, traz rendimentos diretos e indiretos à autoridade emissora (*seigniorage*) e torna-se um meio capaz de transferir para os parceiros globais a política econômica e monetária que lhe é inerente, isto é, seus valores e desvalores.

Por analogia, se esse mesmo raciocínio for aplicado ao campo da educação superior, poder-se-ia inferir que as autoridades acadêmicas de um país, basicamente, as universidades locais com reputação internacional de excelência, em geral com seus *campi* localizados em países centrais, têm poder de emitir títulos (*seigniorage*) com reconhecimento global. Essas universidades, denominadas *World class universities*, expedem diplomas que, potencialmente, são aceitos em nível internacional, isto é, os atores sociais do campo global de educação superior reconhecem como dignos de fé (confiança) o valor de face declarado.

Assim, o campo global de educação superior possui homologias com o campo da política internacional, que está repleto de organizações que vigiam, regulam, avaliam, acreditam e fiscalizam países, a exemplo do FMI, OMC, OCDE e agências de classificação de riscos ou *credit ratings* (S & P; Moody's; Fitch), pois o campo da educação superior tende a ser também espaço de atuação de organizações internacionais como OMC, OCDE e UNESCO, agências transnacionais de avaliação e acreditação (*ENQA-European Association for Quality Assurance in Higher Education*, *INQAAHE-The International Network for Quality Assurance Agencies in Higher Education*, *RIACES - Red Iberoamericana para la Acreditación de la Calidad de la Educación Superior*) e organizações promotoras de classificações ou *rankings* (*THE - Times Higher Education World University Rankings*; *ARWU - Academic Ranking of World Universities*).

THE e ARWU, como se fossem agências de *credit ratings*, organizam tabelas de *rankings* e atuam como agências chanceladoras (“labelizadoras”) que apõem simbólicos selos sobre diplomas e títulos expedidos pelas universidades. Dessa forma, diante de uma opinião pública favorável que se forma em favor da *accountability*, as universidades sentem-se compelidas a aceitarem e a submeterem-se a processos de avaliação e de “labelização” por agências avaliadoras e de classificações. Por seu turno, os países sedes procuram fazer reformas em seus sistemas nacionais de educação superior de modo a serem considerados pelas organizações internacionais depositários de confiança, qualidade, excelência e liberdade na educação superior.

Na Europa, com o Processo de Bolonha, para além dos títulos de conclusão de cursos de graduação, o ECTS (*European Credit Transfer System*) tem sido uma referência internacional, inclusive para outros países e outros espaços de integração de sistemas de educação superior, para o reconhecimento e transferência das atividades de formação dos alunos de graduação. O ECTS é um mecanismo que permite a portabilidade, como se se tratasse de uma “moeda fiduciária” acadêmica, das atividades universitárias cumpridas e reconhecidas como tal. Os créditos pertencem ao estudante e, com a devida fé em sua validade, podem ser depositados em outra instituição universitária de sua preferência (matrícula) para alcançar o quantitativo de créditos necessário (requerido) para que possa receber seu diploma (título) de graduação em uma Instituição de sua escolha que, diga-se de passagem, possivelmente tenha sido objeto de busca em tabelas de classificação organizadas por agências de avaliação e de *rankings* internacionais que podem ser consideradas como produtoras de selos simbólicos de reputação.

O “cercamento” do conhecimento e a produção de mercadorias fictícias

Os cercamentos foram chamados, de forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de costumes antigos, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído (...). (Polanyi, 1980, p. 52)

E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com trações de sangue e fogo (Marx, 1985, p. 262)

A despossessão de saberes, da cultura popular e da ciência e a mercadorização da educação, do conhecimento e da pesquisa científica podem ser compreendidas como uma espécie de privatização e de “cercamento” de bens públicos intangíveis. A exemplo dos “*enclosures*” das terras comuns na Inglaterra a partir do século XVI, como bem retrataram Thomas Morus n’**A Utopia** e Marx no capítulo de **O Capital** dedicado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, está havendo atualmente “cercamentos” do conhecimento, dos saberes, da ciência e da cultura; isto, frise-se, vêm ocorrendo em todos os níveis, sentidos e espécies de saberes da humanidade, isto é, conhecimento popular ou científico e *lato* e *stricto sensu*. De acordo com Harvey,

foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação [ou despossessão] (...). A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações de em larga escala (...). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo indicam uma nova onda de ‘expropriação das terras comuns (2004, p. 123).

A assim chamada “economia baseada no conhecimento” (*Knowledge-based economy*) também pode ser interpretada como uma justificação ideológica do desenvolvimento baseado na produção e na apropriação de bens comuns intangíveis, isto é, o atual processo de acumulação capitalista não prescinde da despossessão/espoliação de recursos comuns intelectuais (Harvey, 2004; Harvey, 2011) como se fosse uma espécie de reedição da acumulação primitiva do capital. Conforme chama a atenção Boyle (2008), a história está passando por um segundo movimento de “cercamentos” (Boyle, 2008, p.42), transformando o conhecimento em mercadoria fictícia (Polanyi, 1980, p. 81-88; Jessop, 2007, p. 128-129).

Os Estados, as organizações internacionais e as regiões em processo de integração (a exemplo da União Europeia e Mercosul) estimulam e são partícipes ativos nesse processo de “cercamento” do conhecimento. Jessop afirma que,

À medida que a economia passa a ser definida e naturalizada como baseada no conhecimento e/ou orientada pelo conhecimento (...), os Estados estão cada vez mais envolvidos na promoção da produção e

difusão do conhecimento. O conhecimento é um recurso gerado coletivamente e, mesmo onde as formas e tipos específicos de propriedade intelectual são produzidos em condições capitalistas de lucro, isso depende de bens comuns intelectuais muito maiores. Os Estados têm papéis em ambos os aspectos: devem promover a mercantilização do conhecimento através da sua transformação formal de um recurso coletivo (bens comuns intelectuais) em propriedade intelectual (...) como base para geração de renda (2007, p. 128-129)⁴.

Vale notar que os “cercamentos” são causa e efeito de políticas públicas que aprovam e promovem esses atos de despossessão de bens públicos e comuns intangíveis, acabando por serem consagrados na legislação nacional e regional, o que pode ser chamado de “constitucionalização do neoliberalismo” (Gill, 2002, p. 47-48; Dale, 2010, p. 1.104).

Enfim, os Estados, as autoridades regionais, as organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial, OMC e OCDE, e *stakeholders* privados, como os novos provedores de educação (com base nacional ou transnacional), ao promoverem a economia baseada no conhecimento veladamente (ou explicitamente) defendem que a educação, a ciência, a informação e o conhecimento, tradicionalmente considerados bens públicos intangíveis, possam ser apropriados privadamente e mercadorizados⁵.

Dessa forma, analogamente à consideração de Karl Polanyi em que afirma que o dinheiro, a terra e o trabalho são transformados e mercadorias fictícias⁶, a

⁴ “As the economy comes to be defined and naturalized as knowledge-based and/or knowledge-driven (...), states are increasingly involved in promoting the production and diffusion of knowledge. Knowledge is a collectively generated resource and, even where specific forms and types of intellectual property are produced in capitalist conditions for profit, this depends on a far wider intellectual commons. The states has roles in both regards: it must promote the commodification of knowledge through its formal transformation from a collective resource (intellectual commons) into intellectual property (...) as a basis for revenue generation” (Jessop, 2007, p. 128-129).

⁵ A educação superior, etapa de estudos em que há também a escolha vocacional, tem sofrido um processo de mercadorização de sua oferta, ou seja, tem sido tratada por organizações internacionais, como a OMC, o Banco Mundial, o FMI e a OCDE, por governos nacionais, por autoridades regionais e por vários atores sociais, como uma mercadoria que pode ser oferecida por provedores que almejam o lucro. A educação superior, segundo a teoria do capital humano, tem propósito vocacional e deve ser financiado pelos indivíduos. Por isso, também, os *policy makers* permitem políticas que abrem a oferta aos provedores privados. Valdemar Sguissardi, chama a atenção para a expansão da educação superior no Brasil com base na oferta por grupos privados estrangeiros que visam lucro: “Laureate International Universities, que está presente em 18 países e controla 30 instituições. Teria investido cerca de R\$ 1 bilhão na aquisição de parte ou totalidade do capital de diversas instituições: a Universidade Anhembí-Morumbi (SP), a Universidade Potiguar (RN), a Business School São Paulo (SP), o Centro Universitário do Norte (UNINORTE, AM) e a Escola Superior de Administração, Direito e Economia (ESADE, RS). Outro grupo é o Whitney, que comprou 50% do capital da Faculdade Jorge Amado (Salvador, BA)” (Sguissardi, 2008, p. 1004)

⁶ Entende-se que Polanyi não contradiz Marx ao utilizar o adjetivo “fictício” para qualificar o dinheiro, a terra e o trabalho. Polanyi procura demonstrar que “nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções” (1980, p. 85-86). Segundo Polanyi, “permitir que o mecanismo de mercado seja o único

“cercamento” do conhecimento e da educação é uma forma de criação de mercadorias fictícias. Nesse sentido, do mesmo modo que, para a Polanyi, a terra é um presente da natureza, o trabalho é uma atividade humana e o dinheiro é um “símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais” (Polanyi, 1980, p. 85), o conhecimento e a educação são bens públicos intangíveis que podem, segundo os referenciais inspirados na sociologia de Pierre Bourdieu (1984, 1996), como um direito social, ser incorporados aos seres humanos como capital cultural, com valor simbólico reconhecível pelos atores de determinado campo social.

O que implica em dizer que a terra, o trabalho, o dinheiro, o conhecimento e a educação são transmutados, contra suas essências, no sistema capitalista em objetos de transação comercial, apesar de não serem genuinamente considerados mercadorias. Em especial, o conhecimento, próprio do ser humano, é passível de incorporação, transmissão, inovação e criação. O conhecimento, em síntese, é um amálgama fundamental da solidariedade entre os viventes e entre as gerações e é uma substância comum intangível da humanidade que permite, por sua natureza de bem comum, a geração de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade.

Assim, o conhecimento e a educação ao serem “cercados” e transmutados em *fictitious commodities* perdem, necessariamente, suas essências de bem comum e de bem público, logo da marca da solidariedade intra e inter-geracional, limitando o alcance das alternativas de vida e de soluções para a humanidade. Para se compreender esse processo de despublicização (“cercamento”) do conhecimento e da educação, Jessop argumenta que

Na medida em que o conhecimento é produzido coletivamente e não é intrinsecamente escasso (em termos econômicos, trata-se de um bem "não-rival), o conhecimento só adquire a forma de mercadoria na medida em que é transformado artificialmente em um bem escasso e o acesso a ele depende de pagamento da renda [Kundnani 1998 -9: 54 - 55; Frow 1996: 89]. Assim, em vez de conhecimento naturalizado, deve-se admitir que ‘a informação não é inerentemente valiosa, mas que uma profunda reorganização social é necessária para transformá-lo em algo valioso’ [Schiller 1988: 32] (Jessop, 2007, p. 119-120)⁷.

dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade” (Polanyi, 1980, p. 85).

⁷ “Insofar as knowledge is collectively produced and is not inherently scarce (in economic terms, it is a 'nonrival' good), it only acquires a commodity form insofar as it is made artificially scarce and access there to depends on payment of rent (Kundnani 1998-9: 54- 55; Frow 1996: 89). Hence, instead of naturalising knowledge, one should assume that 'information is not inherently valuable but that a profound social reorganisation is required to turn it into something valuable' (Schiller 1988: 32)”. (Jessop, 2007, p. 119-120)

O conhecimento, conforme percebido por Jessop, no mundo do capital é transformado em algo escasso. A escassez de educação e de conhecimento é uma rivalidade artificialmente construída, ou seja, é uma rivalidade fictícia. A educação e o conhecimento não diminuem ao serem compartilhados. Não é porque, por exemplo, mais pessoas buscam a luz do sol que a força de seus raios tornam-se escassas. As relações capitalistas de produção permitem a formação de um tipo mercado de conhecimento com base no individualismo e na Teoria do Capital Humano⁸ de modo que quem tem mais poder simbólico de compra (dinheiro) tem maior capacidade de aquisição de outras mercadorias fictícias, como a educação e o conhecimento, e, por conseqüência, incorpora mais capitais simbólicos de diferenciação na sociedade.

Considerações Finais

A transformação da atividade humana em uma *commodity*, como força de trabalho, é uma operação própria do mundo do capital. A Teoria do Capital Humano, fundamento ideológico da Economia Baseada no Conhecimento, propõe um modelo de “des-re-incorporação” de educação à força de trabalho, retirando-lhe o que não interessa (ou será supérfluo) e incorporando-lhe o que é conveniente para o processo de trabalho.

A força de trabalho, nesse sentido, é considerada como se fosse estruturada em compartimentos a serem preenchidos por unidades ideais (módulos) de conhecimento que, conforme, são preenchidos (adquiridos no mercado), incorporados, certificados e aferidos, tornam-se um catalisador para maiores rendimentos. A freqüência à escola, a aquisição de conhecimento e de capital cultural não torna o trabalhador um capitalista como defende Schultz: "os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa (...), mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico" (1973a: 35). Na realidade as ações educativas de

⁸ Vários trabalhos foram escritos sobre a Teoria do Capital Humano, entre eles: SALM, Cláudio, 1980; ROSSI, Wagner G, 1980; FRIGOTTO, Gaudêncio, 1993; SCHULTZ. Theodore W., 1973. SCHULTZ. Theodore W., 1973

incorporação de *habitus* e de aprendizagem do conhecimento categorizam o ser social para as relações em seu campo social de atuação e preparam-no para o exercício de atividades, físicas e neurais, no mundo da produção material e simbólica, para o trabalho propriamente dito ou para o comando das atividades de trabalho.

Além disso, o cultivo e a transmissão do conhecimento acontecem por meio das relações sociais, sobretudo, pela disposição da educação como um bem público, sem rivalidades e sem exclusivismos. Quando a educação é mercadorizada, “cercada” e tratada como um bem privado impede-se o acesso aos verdadeiros e livres caminhos para se alcançar o conhecimento e a cultura universal, pois como lembra Hollenbach, historicamente, a educação é o veículo para se viver em comunidade, participando do bem comum e não para a privacidade, para a apropriação privada da cultura, do conhecimento ou da sabedoria (Hollenbach, 1998).

Portanto, seguindo a pista oferecida por Polanyi, o trabalho, transformado em *fictitious commodity*, seria também ficticiamente modulado por incorporação de conhecimento. Esse processo de mercadorização do conhecimento e da educação parece ser possuído pelo mesmo fenômeno que Marx descreve como sendo da fetichização da mercadoria. Fenômeno que Marx diz encobrir ou esconder as relações sociais pressupostas na produção e na circulação de mercadorias. No caso do conhecimento e da educação, a fetichização também é fundamental para cobrir o processo de transformação em mercadoria dessa especial atividade nervosa de produção e de distribuição do conhecimento acumulado pela humanidade.

Polanyi ressalta que o trabalho tornou-se sob o capitalismo uma mercadoria fictícia, pois a disposição para a atividade pode ser considerada um fator de produção e somente subsumida na sociedade de mercado torna-se uma *fictitious commodity*. O modo de produção capitalista pressupõe a mercadorização da atividade física e neural humana e, por isso, ocorre, pela formação de um mercado de trabalho, sua transmutação em mercadoria fictícia.

Se a acumulação e a mercadorização foram necessárias para a superação do *ancien régime* no que se refere a abolição das relações de dependência, não se pode dizer o mesmo ao se referir ao conhecimento e educação, pois, por exemplo, a extensão da educação para as classes subalternas foi comemorada por Marx, em mais de uma passagem do *Capital*, como sendo importante processo para frear a

brutalização dos seres humanos, ao menos os jovens, que, pela desfavorável correlação de forças na luta de classes, eram compelidos ao entrar no mercado de trabalho cada vez com menor idade.

Esse fenômeno, em suma, é devido à divisão do trabalho, internamente em cada País (ou região) e entre as nações (Marx; Engels, 2010, p. 24. – originalmente Ideologia Alemã)⁹. De acordo com Marx e Engels,

A divisão do trabalho só surge efetivamente, a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual. A partir deste momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representar algo de real (2010, p. 25).

Afinal, qual economia não é baseada no conhecimento? A divisão do trabalho na atualidade, em sociedades que reivindicam estarem baseadas na economia do conhecimento, significa que tanto o proprietário da força de trabalho necessita “incorporar” cada vez mais conhecimento, como as elites necessitam, para continuar no comando, sofisticar, em bases científicas (sem dispensar os argumentos ideológicos), cada vez mais a arte da direção e da persuasão.

A economia baseado no conhecimento, ao ser fundamentada na teoria do capital humano que, por sua vez, tem por referência o individualismo metodológico, responsabiliza o trabalhador por sua capacidade de empregabilidade e por sua categorização na sociedade. Nesse sentido, para além, da promoção de uma espécie de darwinismo social e de um mundo de extrema competição na sociedade, a economia baseada no conhecimento promove a liberalização, a privatização, os “cercamentos” da educação e do conhecimento, transformando-os em mercadorias fictícias.

A economia baseada no conhecimento não é exatamente uma mudança de paradigma em que se saltaria para uma economia baseado em serviços e na produção de bens de alto valor agregado, tem sido, na realidade, uma ideologia de inculcação do *habitus* individualista, da responsabilização do trabalhador por sua empregabilidade, da mercadorização da oferta da educação e do “cercamento” do conhecimento.

⁹ “As relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão de trabalho e das relações internas de cada uma delas. Este princípio é universalmente reconhecido. No entanto, não são apenas as relações entre uma nação e outra que dependem do nível de desenvolvimento da sua produção e das suas relações internas e externas, o mesmo acontece com toda a estrutura interna de cada nação.” (Marx; Engels, 2010, p. 24)

A partir desse ponto de vista, pode-se dizer que a economia baseada no conhecimento em nada muda a situação de submissão da força de trabalho ao controle capitalista¹⁰, tampouco modifica a essência da luta de classes, ao contrário, ao final das contas, torna-se um dos fatores de contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que pode colocar em xeque, em certo momento, a distribuição de poder e de renda na sociedade e o próprio sistema de produção baseado em mercadorias (Marx, 1859, p.3)¹¹. Vale lembrar o que asseveram Marx e Engels:

“esta forma contraditória é transitória e produz as condições reais de sua própria abolição. O resultado é que o capital tende a criar essa base que contém, em potencial, o desenvolvimento universal das forças produtivas e da riqueza (...). Esta base encerra a possibilidade do desenvolvimento universal do indivíduo. O desenvolvimento real dos indivíduos a partir desta base, pelo qual cada barreira é constantemente superada, lhe proporciona esta consciência: nenhum limite pode ser considerado como sagrado.” (2010, p. 49)

É interessante notar as contradições do sistema, pois aquilo que se apresenta como alienação pode ser a própria condição de emancipação humana. Isto é, os representantes do capital ao tentarem, ideologicamente, incutir o individualismo por meio da retórica da teoria do capital humano e do uso de expressões como “empregabilidade”, que seria a condição “educada” e “treinada” do trabalhador de se inserir no “mercado de trabalho”, podem gerar, contraditoriamente, as condições para sua emancipação, ou seja, o mesmo incentivo aos estudos, à aprendizagem ao longo da vida e ao desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento pode ser também um instrumento de rompimento dos “cercamentos” e o princípio gerador da emancipação humana.

¹⁰ “*Commodification of labour power and its direct subsumption under capitalist control also make labour markets and the labour process alike sites of class struggle*” (Jessop, 1997, p. 562)

¹¹ Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali (Marx, Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política, 1859, p. 3 - <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf>)

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Questions de Sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas:Papirus, 1996.

BOYLE, James. **The Public Domain**: Enclosing the Commons of the Mind. USA: Caravan Books, 2008..

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out.-dez. 2010.]

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1993

GILL, St. Constitutionalizing Inequality and the Clash of Globalizations. **International Studies Association**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2002.

HOLLENBACH, David. Is Tolerance Enough?The Catholic University and the Common Good. In Dwyer, Judith A.. **Vision and Values: Ethical Viewpoints in the Catholic Tradition**. Washington, D.C.: Georgetown University Press 1999, 179-195.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **The Enigma of Capital**. London: Profils Books Ltd, 2011.

Jessop, Bob. "Globalization: It's about Time too!", **Reihe Politikwissenschaft. Political Science Series (85)**. Viena: Department of Political Science - Institute for Advanced Studies (IHS), ISSN: 1605-8003. Acesso em 15 nov 2011. Extraído de <<http://www.ihs.ac.at>>.

_____. Knowledge as a fictitious commodity: insights and limits of a Polanyian perspective. In: Bugra ,Ayse; Agartan, Kaan. **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century** : market economy as political project. Basingstoke (UK): Palgrave, 2007.

_____. Capitalism and Its Future: Remarks on Regulation, Government and Governance. **Review of International Political Economy**, Vol. 4, No. 3, The Direction of Contemporary Capitalism (Autumn, 1997), pp. 561-581.

Lim, A.H.; Honeck, D. GATS and Education Services. In: In: Bassett, R.; Maldonado A. (eds). **International Organizations and Higher Education Policy**: Thinking Globally, Acting Locally. London and New York: Routledge, 2009b.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação Primitiva. **O Capital**.São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 261-294.

_____. **O Capital**. Livro 1. Vol 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política**, Extraído de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf>). Originalmente publicado em: 1859. Acesso em 20 mar 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino. Campinas: FE/Unicamp, 2010.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Extraído de <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000070.pdf>>. Originalmente publicado em: 1516. Acesso em 15 dez 2011

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio e Janeiro: Campus, 1980.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e Educação**. São Paulo: Moraes, 1980

SALM, Cláudio L. **Escola e Trabalho**. São Paulo: brasiliense, 1980

SANDBECK, Dix. **Bretton. Woods and the Forgotten Concept of International Seigniorage**. Extraído de <http://www.sustecweb.co.uk/past/sustec11-5/bretton_woods_and_the_forgotten.htm>, acesso em 13 may 2011.

SANTOS , Boaventura de Sousa Santos. Entrevista concedida a Roger Dale and Susan Robetson). **Globalisation, Societies and Education**. VI. 2, n. 2, July 2004

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SCHULTZ. Theodore W. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973a.

_____. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973b

Quase metade das cidades paulistas usa apostila nas escolas municipais <http://www.ticeducacao.com.br/ticeducacao.php?edi=168&tabs=tab4>. Portal TIC educação, acesso em 26 jul 2011